
QUARENTA ANOS DE “UMA VOZ DIFERENTE”: SEXO, GÊNERO E A NECESSIDADE DE DESESSENCIALIZAR O CUIDADO¹

Maria Izabel Machado²

Resumo

O presente artigo propõe uma aproximação das contribuições da obra de Carol Gilligan, “Uma voz Diferente”, dos estudos de sexo e gênero à luz das teorias feministas. Além da aproximação teórica, as reflexões dialogam com pesquisa empírica realizada com estudantes do curso de pedagogia acerca das práticas de cuidado, cuidado de si e tecnologias do eu. Os dados empíricos foram coletados mediante entrevistas em profundidade e fazem parte de pesquisa ainda em andamento. Dentre os achados de destaque, indicamos a experiência de mulheres na formação em pedagogia que tensionam a feminilização do cuidado e a essencialização do trabalho reprodutivo.

Palavras Chave: Cuidado; Mulheres; Pedagogia; Gênero.

¹ Parte deste artigo foi extraído da tese de doutorado da autora: MACHADO, Maria Izabel. **Mulheres, economia solidária e a reinvenção de trajetórias**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 200. 2017.

² Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - UFG. E-mail: mariaizabelmachado@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8148-6062>

**FORTY YEARS OF "A DIFFERENT VOICE": SEX, GENDER AND THE
NEED TO DESENCIALIZING CARE**

Abstract

This article proposes an approximation of the contributions of Carol Gilligan's work, *A Different Voice*, of sex and gender studies in the light of feminist theories. In addition to the theoretical approach, the reflections dialogue with empirical research carried out with students of the pedagogy course about the practices of care, self-care and technologies of the self. Empirical data were collected through in-depth interviews and are part of ongoing research. Among the outstanding findings, we indicate the experience of women in training in pedagogy that stress the feminization of care and the essentialization of reproductive work.

Keywords: Care; Women; Pedagogy; Gender.

Introdução

A moral e moralidade têm ocupado debates filosóficos, éticos e políticos ao longo da história em geral, apontando para paradigmas civilizatórios capazes de assegurar a vida em sociedade. Esses debates, fundamentais para que possamos encarar com horror práticas como a escravidão, a tortura e o extermínio, balizaram condutas coletivas e a construção de subjetividades, especialmente a partir do período que convencionou-se chamar de modernidade.

Dentre as valorosas contribuições de Carol Gilligan está a de pensar a moralidade a partir de um ponto de vista situado, distanciando-se do caráter ontológico comumente acionado para prescrever e normatizar práticas de existência. A questão fundamental trazida pela autora, desde a perspectiva dos estudos de gênero e das teorias feministas, diz respeito ao questionamento da universalidade masculina, que perpassa perspectivas teórico-epistemológicas e políticas. A moralidade, associada a uma noção abstrata de justiça formulada a partir de um homem igualmente abstrato, contribuiu para o apagamento de experiências de

mulheres que, segundo a autora, agem moralmente desde uma perspectiva relacional e situada.

Junto de um conjunto de outras pensadoras como Nancy Chodorow e Sherry Ortner, Gilligan participa ativamente da desconstrução de um conjunto de metanarrativas iluministas que, ao fundirem-se com a modernidade, instituíram-se como léxico, práxis e episteme. Como léxico, práxis e episteme, a modernidade se converteu em princípio fundante do real: o que pensamos, como pensamos, a maneira de sermos e estarmos no mundo, como o conhecimento se produz, quem o produz e quem valida tal conhecimento, de maneira a impor o domínio de um determinado tipo de racionalidade, e a conseqüente tutela dos que supostamente seriam destituídos dela: mulheres, crianças, loucos.

Acompanhando as movimentações políticas das feministas pelo direito à igualdade entre homens e mulheres, em um primeiro momento, e na seqüência reivindicando o direito à diferença, Gilligan participa de maneira significativa na produção teórica de seu tempo revogando antigos paradigmas, inaugurando novas possibilidades de ordenamento societal e (re) posicionando sujeitos.

Desta forma, o que se propõe neste artigo é pensar a atualidade da obra “Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta” no que concerne aos estudos do cuidado, reconhecendo inclusive seus limites. Para tal, partiremos de estudos empíricos junto a estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - UFG, pesquisa em andamento que obteve aprovação junto ao Comitê de Ética para sua realização.

Essa abordagem se posiciona de maneira transversal às discussões em torno da ética do cuidado, feminismos, crítica à racionalidade moderna e a emergência das “vozes diferentes”, exatamente por compreender que não é possível dissociar o vivido das formas de leitura do mundo, posicionar-se como sujeito é

já aderir, repelir ou mesmo criar epistemologias. Nesse sentido, campo empírico e suas análises se apresentam amalgamados com as contribuições teóricas de Carol Gilligan e de outras pensadoras da tradição feminista.

Apresentando o campo e sujeitos da pesquisa

Como pesquisadora nativa da sociologia, acostumada a certa dinâmica como discente em que o corpo praticamente não é acionado em aula, dado o caráter exclusivamente teórico das exposições por parte dos docentes, minhas primeiras incursões nos cursos de Pedagogia de duas universidades públicas³ reservaram algumas surpresas: muito papel colorido e tesouras circulando por todos os lados, pastas de todas as cores e uma gradativa aproximação entre mesas e cadeiras ao longo da aula, até que ao final dela pequenos grupos se formavam, quase que espontaneamente.

Para além dos estereótipos que perseguem as profissionais em pedagogia, que a profissão envolve apenas desenvolver atividades lúdicas e recreativas com as crianças, seu público-alvo, a pista para a qual esses corpos em movimento apontam diz respeito a uma certa rebeldia em relação ao ordenamento disciplinar do mobiliário, mas arrisco dizer também a uma forma de colocar o corpo com tudo o que isso implica no processo educativo.

Essa movimentação, que na pressa dos planos de ensino a serem cumpridos pode passar despercebida, tem corpo, rosto, nomes, e tem gênero: são mulheres. A esmagadora maioria das discentes nos cursos de pedagogia se identificam como do sexo feminino e chegam ao curso por diversos caminhos e com motivações variadas. Pode ser o velho sonho de infância de ser professora se realizando apenas na vida adulta, depois dos filhos criados, pode ser por um afeto

³ Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (Ponta Grossa - PR) e Universidade Federal de Goiás (Goiânia - GO).

despertado nas escolas dominicais, pode ser por enxergarem na educação a mola propulsora para a mudança social.

A movimentação sutil, discreta das aproximações, físicas e/ou simbólicas, que se dão em sala de aula é lida aqui como um ensaio, uma prévia do que se encontrou a partir das entrevistas e do cotidiano no curso: o estabelecimento de redes de proteção próximas que amenizam os desafios da permanência no ensino superior. Esse achado vai ao encontro da tese central de Gilligan de que a personalidade feminina, seus valores morais e sua forma de ser e estar no mundo se desenvolvem de maneira relacional. É a partir desse olhar que lemos os dados empíricos e podemos compreender, por exemplo, as motivações para a escolha do curso.

Essas razões para a escolha da formação em Pedagogia mencionadas anteriormente, bem como os demais dados, foram colhidas em entrevistas em profundidade junto a estudantes do curso como parte de um projeto de pesquisa, ainda em andamento, que pretende traçar uma cartografia dos sujeitos desde a perspectiva do cuidado.

O projeto foi motivado por uma sondagem realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) em que se pretendia avaliar o currículo, as relações entre discentes e docentes, a estrutura da Faculdade de Educação e aspectos administrativos. De demandas por mais atividades práticas já no início do curso à queixa recorrente pelo excesso de atividades, um fio condutor dizia da formação em seu conjunto: as estudantes saíam do curso muito diferentes do que entravam. Isso não apenas em razão de portarem um diploma, mas se referindo especialmente a quem elas passaram a ser nas suas relações pessoais, profissionais e políticas.

Esse sujeito fez-se durante a formação, que sim, está relacionada ao currículo, mas esse fazer-se é em muito tributário das relações que cada uma delas pôde estabelecer com seus pares, com o conhecimento, com essa nova faculdade despertada de desvelar o mundo.

Até o momento foram realizadas cerca de 40 entrevistas⁴, com a contribuição fundamental de estudantes da iniciação científica que se desafiaram a pensar-se e pensar a profissão de pedagogas para além da categoria trabalho, valorosa sem dúvida, mas insuficiente para dar conta do conjunto de experiências vividas por elas.

O tópico guia para as entrevistas em profundidade foi elaborado prevendo mais de uma entrevista com cada participante, sendo ao menos uma no ingresso e outra próxima à conclusão. Foram organizados quatro blocos de questões agrupados nos seguintes eixos: 1) Cuidar de si (identificação pessoal, composição familiar, renda, divisão do trabalho no espaço doméstico, trajetória escolar e acadêmica); 2) Do cuidado de si ao cuidado do outro (relação com os colegas de curso e com o corpo docente, redes de proteção próximas); 3) O cuidado e o fazer educativo (percepções sobre educação e pedagogia) e 4) Das tecnologias do eu às tecnologias sociais (ingresso no mundo do trabalho).

A primeira rodada de entrevistas se deu em 2018/2019, acompanhando o ingresso da primeira turma com um novo currículo, em que foram incluídas disciplinas como Relações Étnico-Raciais, Educação e Cultura Corporal e Inclusão Escolar. Dentre as mudanças, destaca-se ainda um acréscimo de carga horária para todas as disciplinas do primeiro ano destinadas à Prática como Componente Curricular, um conjunto de atividades articuladoras entre teoria e prática.

⁴ O projeto conta com aprovação junto ao Comitê de Ética e a fim de preservar o anonimato das participantes da pesquisa serão adotados nomes fictícios.

Sobre o perfil das entrevistadas: as idades variam de 18 a 50 anos, com prevalência de estudantes acima dos 25 anos no período noturno. A faixa de renda reflete o perfil geral da universidade: 75,5% possuem renda mensal familiar per capita de até 1,5 salários-mínimos⁵. Apenas as recém-saídas do ensino médio (18-19 anos) não trabalhavam de forma remunerada, dependendo exclusivamente da família para o provimento das suas necessidades. As estudantes já adultas participavam ativamente da composição da renda familiar, tendo a seu encargo quase que exclusivo os cuidados com a casa e a criação dos filhos.

Há ainda um componente religioso importante nos relatos: predominantemente pertencentes a denominações evangélicas neopentecostais, algumas das estudantes reportam a aprovação do pastor como significativa na escolha do curso. Sendo que essa influência se estende mesmo sobre os conteúdos estudados: é preciso reportar o que se aprende. Se não há aprovação por parte da liderança religiosa, a permanência no curso passa a ser questionada ou a qualidade da formação é colocada em dúvida. Apenas uma estudante relatou participar de cultos de origem afro-brasileira.

As vinculações religiosas impactam ainda a vida das estudantes no ambiente doméstico pressionando acerca de valores, tais como o caráter indissolúvel do matrimônio. Mesmo em situações de violências múltiplas (patrimonial, psicológica e física), separar-se está fora de questão: “o que vão pensar de mim, separada nessa idade” (HELENA, 37 anos).

Concepções como essa, vinculadas em algum nível ao religioso, estariam na base da moralidade feminina, como aponta Gilligan: “[...] quando surgia uma discussão, o jogo acabava. Em vez de elaborar um sistema de regras para

⁵ Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/116834-75-dos-estudantes-da-ufg-sao-de-baixa-renda>. Acesso em 22 mar 2021.

solucionar as disputas, as meninas subordinavam a continuação do jogo à continuação dos relacionamentos” (GILLIGAN, 1982, p. 20). A escolha nesse caso era clara: manter o casamento, não obstante, o apagamento dessa mulher por meio das violências múltiplas.

Contudo, e esse é o principal achado da pesquisa, é exatamente no encontro com outras mulheres ao longo do curso, vivendo situações similares, que elas passam a operar em outro registro: no autorreconhecimento de si como seres de direitos, dando início a um movimento irreversível na direção de si mesmas, colocando em curso práticas da existência como o cuidado de si.

Quando acionamos o cuidado de si desde a perspectiva de Michel Foucault (2010), nos referimos a esse cuidado como um itinerário ou, nas palavras do autor, a uma “tecnologia do eu”. Investir tempo, atenção, conhecimento em si é o que permite ao indivíduo tornar-se sujeito, que no sentido empregado pelo autor significa estar atento a si, prestar atenção a si mesmo, examinar-se; o segundo movimento se refere a concentrar-se em si como um refúgio, uma fortaleza; as práticas de existência compreendem ainda ir ao mais profundo de si para sanar-se, curar-se, reivindicar-se, como o passo mais marcado e marcante no sentido de exercer soberania sobre si (ALBANO, 2005).

A formação em pedagogia, que inclui as relações que se estabelecem em múltiplas direções, seria, portanto, um espaço privilegiado para estabelecer relações outras em que o apagamento e silenciamento das mulheres não sejam a condição para a manutenção dos vínculos.

Ainda que as reflexões em torno do gênero não tenham sido um problema sobre o qual Foucault tenha se debruçado, o autor chama a atenção para o fato de que o cuidado de si esteve historicamente atravessado por um “outro” idealizado, normativo, na figura do diretor espiritual, do mestre, do sábio. No contexto das participantes da pesquisa, não só masculina, mas relacionada a

qualquer figura de autoridade, essa dependência em relação à figura de um outro idealizado está profundamente marcada nas trajetórias, exigindo das mulheres estratégias variadas para driblar as contingências. Os casos relacionados às autoridades religiosas evidenciam isso.

As teóricas feministas vêm, por sua vez, não apenas preencher lacunas teóricas, mas propor abordagens intersectadas de forma mais complexa. Na perspectiva de análise feminista, as ordens sexual e econômica operam juntas, as relações perpassadas pelo sexo e pelo gênero estão profundamente imbricadas com os sistemas produtivos, com a produção de representações, com as teorias e epistemologias. O que nos leva a perceber como opera a sistemas que atribuem à mulher não um lugar separado, mas uma posição dentro da existência social em geral. Ou seja, as hierarquizações a partir das representações de gênero, como instâncias primárias de ideologia, perpassam todas as esferas sociais, não se limitando a este ou aquele espaço.

As qualificações de ser sujeito, a partir disso, passam pela tutela masculina: estudar até onde o pai considerasse necessário, mudar-se para onde o marido achasse conveniente. A condição de tutela exercida por alguém que não a própria mulher reitera o feminino definindo-se e sendo definido pela diferença, pelo que falta, nunca como sujeito. O que não significa um apagamento total, sobretudo considerando as estratégias criadas pelas mulheres entrevistadas que passaram no decorrer do curso a recorrer ou mesmo criar redes de apoio que assegurassem a permanência na universidade, a despeito das contingências.

Segundo Judith Butler (2012), a identidade do sujeito se forma no interior de campos de poder, não cabem universalismos como dominados versus dominadores, ou mesmo universalismos que pretendem definir um referencial de mulher como sujeito. O sujeito moderno se constitui relacionalmente, explicá-lo requer acionar múltiplas categorias que revelem sua posição nos campos de

poder sobre o qual atua e que atuam sobre esses sujeitos. Ponto em que convergem Butler e Gilligan ao reforçar o caráter relacional dos sujeitos, em especial as mulheres.

Um dos principais desafios para um novo ordenamento societal seria exatamente suplantando as leituras binárias do real que, partindo do masculino como universal, ordenam de maneira hierarquizante e desigual todas as formas de existência. Mesma a obra de Gilligan, ao tratar das trajetórias de Jack e Amy separadamente, recai na perspectiva dual. O ponto aqui defendido é que o estabelecimento do que é ético ou não só pode ser definido na relação. Qualquer movimento teórico ou político que não leve isso em conta reifica essencialismos que em nada contribuem para o acesso a uma vida “vivível” para todos os seres.

Uma das razões da difícil desconstrução de essencialismos é que a perpetuação da desigualdade é assegurada exatamente por ser ignorada como arbitrária. Segundo Teresa de Lauretis (1994), negar gênero equivale a negar as relações sociais de gênero que validam a opressão sexual das mulheres, além de permanecer dentro de uma ideologia que reverte invariavelmente a favor do sujeito do gênero masculino. Nesse sentido, o grupo demonstra potencial enquanto instrumento para a tomada de consciência desse arbitrário (BOURDIEU, 2010).

Segundo Lauretis, o termo gênero é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma determinada classe, grupo ou categoria. Gênero, diferente de sexo, é, portanto, “a representação de cada indivíduo a partir de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição “conceitual” e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos” (LAURETIS, 1994, p. 211).

Sobre as experiências de pertencimento, destacamos as relações que se dão em contextos de sala de aula e fora dela, criando laços de cooperação. O caso

mais recente é dos estudantes indígenas que, entre 2020 e 2021, tiveram suas bolsas de assistência estudantil cortadas, mas não ficaram totalmente desamparados em razão de uma rede formada basicamente por estudantes que asseguraram acesso a equipamentos para o ensino remoto, dinheiro para alimentação e pagamento de internet, além de roupas e cobertores. É uma rede precária, frágil, mas que se une em torno de práticas de cuidado, ignorando os debates existenciais e pouco práticos sobre estarem assumindo o papel do Estado via assistencialismo. O que move as estudantes nessas redes, que rapidamente se articulam e se desfazem, é a atenção ao emergencial, o cuidado com a vida, especialmente dos que estão em maior vulnerabilidade.

Nesse espaço os sujeitos, tanto as estudantes que se mobilizam em solidariedade quanto os que recebem ajuda, encontram condições para se autoconstituir e o fazem não por obediência a um padrão de conduta, mas por identificação. Em Foucault, considerando que o cuidar de si era privilégio de uma pequena elite, quem propicia o conjunto de técnicas necessárias é a religião:

Nas classes menos favorecidas, encontram-se práticas de si muito fortemente ligadas à existência, geralmente, de grupos religiosos, grupos claramente institucionalizados, organizados em torno de cultos definidos, com procedimentos frequentemente ritualizados. Aliás, é esse caráter cultural e ritual que tornava menos necessárias as formas mais sofisticadas e mais eruditas de da cultura pessoal e da investigação teórica. O quadro religioso e cultural dispensava um pouco esse trabalho individual ou pessoal de investigação, de análise, de elaboração de si por si. Entretanto, a prática de si, nesses grupos, era importante (FOUCAULT, 2010, p. 103).

Fazer esse tipo de associação é sempre um risco. Não se pode universalizar o religioso como do universo do feminino, tampouco se pode ignorar o peso desse componente. As discussões entre sexo e gênero e os contornos e conteúdos desses conceitos têm ocupado teóricas e militantes ao longo do tempo. Desconstruir essencialismos, perpetuados especialmente por discursos religiosos

de diversos matizes, é uma das tarefas que seguem atuais. Para tal, se faz necessário pensar na maneira como o sexo lido como natural é comumente associado ao feminino, determinando suas formas de ser e estar no mundo.

De acordo com Gayle Rubin (1998), o sistema sexo/gênero é um conjunto de disposições pelas quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Distanciar gênero das discussões acerca da natureza feminina e suas essencializações foi de importância salutar para o avanço dos estudos de gênero, especialmente sobre mulheres e se constitui como um ponto de partida para compreender desdobramentos, como a diferença salarial entre homens e mulheres, especialmente se estas estiverem em atividades de cuidado: docência infantil, enfermagem etc.

Segundo Rubin, o enfrentamento dessas questões através do simples revezamento entre os que ocupam a posição de dominadores não seria suficiente para solucionar o problema das desigualdades. Por duas razões: a primeira, porque seria uma mera inversão da pirâmide na qual uma categoria de pessoas se posiciona e se constitui pela subjugação do outro. Em segundo lugar, não cabem mais, como apontou Butler, universalismos como dominadores e dominados. O exercício do poder e da dominação só pode ser efetivamente compreendido de maneira relacional, contextualizada. Para Rubin, através da ação política o sistema sexo/gênero poderia ser reorganizado.

Certamente que os lugares sociais atribuídos às mulheres, a construção histórica de sua subordinação ao sexo masculino e suas sequelas são marcas indeléveis, contudo a fixidez das posições de sujeito sociais toca igualmente homens e mulheres. Inverter a pirâmide propondo uma espécie de dominação feminina continuaria organizando o mundo social a partir do natural. A ação polí-

tica atuaria nesse caso no sentido de suprimir a obrigatoriedade de papéis sexuais, o sujeito e seu lugar social não determinados pela anatomia sexual, pela “natureza”.

Ainda que natureza e cultura sejam categorias conceituais para as quais não há correspondente empírico que delimite claramente as fronteiras entre um e outro, acioná-las ancora e justifica a ordem do mundo como ordem social (HERITIER, 1996). Mesmo quando soam naturalmente legítimas, estas oposições binárias não podem ser tomadas como portadoras de sentido universal, são, outrossim, sinais culturais.

Segundo Françoise Héritier (1996), os binarismos antagônicos seriam em muito tributários do modelo aristotélico, segundo o qual quente e frio, seco e húmido, ativo e passivo, potência e matéria seriam os princípios geradores inclusive da vida intrauterina, conotando respectivamente masculino e feminino. A linguagem binária seria a tradução ideológica da hierarquia estabelecida entre os sexos.

Linda Nicholson (2000), ao contextualizar historicamente a noção de natureza, ressalta a importância da dominação de uma metafísica materialista a partir do século XVII, segundo a qual “aspectos físicos ou materiais do corpo cada vez mais assumiam o papel de testemunhas da natureza do eu que esse corpo obrigava” (NICHOLSON, 2000, p. 16). A metafísica materialista deu novo conteúdo às características físicas, que de sinal, marca de distinção passam a ser sua causa. Além disso, é nesse período ainda que ocorre a transição de uma visão unissexuada do corpo, a mulher como uma variante incompleta do homem, para a visão bissexuada no século XVIII. Curiosamente, as concepções que tomavam os corpos como unissexuados conferiam menor importância à biologia, as diferenças entre masculino e feminino obedeciam a um ordenamento que ultrapassava o biológico, situava-se no plano da cosmologia (NICHOLSON, 2000, p. 20).

Os discursos médico-filosóficos do século XIX que extraem da argumentação biológica não apenas a caracterização dos sexos como binários, mas a legitimação do domínio de um sexo sobre outro está também orientada por essa lógica:

É a energia do esperma que dá segurança e audácia às mulheres casadas [...] a mulher tem uma sensibilidade delicada [...] essas mesma sensibilidade que designa por natureza a mulher pelos cuidados dados às crianças, aos velhos, gera também, paixões temíveis, razão pela qual o homem tem de a controlar estreitamente (HERITIER, 1996, p. 212).

A partir do século XVIII, o corpo passou a assumir o status de “voz” da natureza, como seu representante. Para Linda Nicholson, a substituição da compreensão da mulher como versão inferior do homem para uma visão mais binária que tinha no corpo sua maior expressão seria a origem da ideia de identidade sexual dualista: um eu masculino ou feminino.

O corpo como voz irrefutável da diferença reafirmou a dominação de um sexo sobre o outro. Para Hérítier (1996), é preciso atentar-se ao fato de que o domínio masculino não se assenta sobre o sexo propriamente dito, mas sobre a fecundidade, sobre a reprodução, como uma forma de dominação que antecede qualquer organização por classes ou posses. Juntamente com a divisão do trabalho entre os sexos, este seria um dos pilares da desigualdade social. Como um círculo vicioso a reprodução ao limitar a mobilidade feminina em função do aleitamento, informaria a divisão sexual do trabalho, ainda que discursivamente se recorra a determinismos biológicos como maior ou menor força física para justificá-la. O controle sobre a fecundidade, acompanhado do confinamento das mulheres ao papel de amas, desembocou na criação de um saber-fazer técnico especializado, de uso exclusivo do sexo masculino, já o saber desenvolvido pelas mulheres, como a colheita, por exemplo, não era de uso exclusivo delas.

Na mesma direção, porém enfatizando a subordinação feminina como universal, Sherry Ortner a considera irrefutável, uma vez que estaria presente “em todo tipo de classificação social e econômica e em sociedades de todo grau de complexidade” (ORTNER, 1979, p. 95). Além disso, como evidências dessa afirmação, a autora aciona três argumentos: as ideologias classificatórias e valorativas que conferem menos prestígio a funções desempenhadas por mulheres, os sistemas simbólicos que criariam, por exemplo, prerrogativas para violações ou exclusão de ritos sagrados e ainda classificações socioestruturais que excluiriam as mulheres de instâncias de participação e, conseqüentemente, do poder.

Isoladamente, cada um desses elementos já forneceria dados suficientes para “salientar a inferioridade feminina em uma dada cultura” (ORTNER, 1979, p. 98). No entanto, esses dados podem e comumente aparecem inter-relacionados em qualquer sistema particular, como afirma a autora. Ainda de acordo com Ortner, as mulheres têm sido identificadas como símbolo de algo que cada cultura desvaloriza, como algo de ordem inferior, algo próximo à natureza. A cultura, por sua vez, seria o meio pelo qual a humanidade procura garantir o controle sobre a natureza. Não obstante, a autora reforça que as diferenças só adquiram significado dentro de sistemas de valores culturalmente definidos (ORTNER, 1979, p. 99), os rituais, por exemplo, como expressões da manipulação intencional de formas atributivas exerceriam a função de afirmar a relação adequada entre a existência humana e a natureza, a fim de regular e manter a ordem. Ou seja, a distinção entre natureza e cultura exerce papel ordenador autojustificando-se a partir de dados provenientes do mundo natural.

Parte das reflexões de Ortner se inscrevem em um contexto histórico-político e não podem ser transpostas à contemporaneidade de forma automática. Sobretudo, levando-se em conta as contribuições posteriores acerca da posicio-

nalidade e da experiência. Não se pode, a partir desses novos referenciais, trabalhar da dominação como universal. As mulheres são sujeitos situados e agem sobre o real, produzindo relações, significados, reproduções.

Contudo, as críticas em relação à dicotomia natureza/cultura se relocalam com atualizações discursivas, mas sobre o mesmo substrato. Os problemas se dão na medida em que a diferença da cultura é seu potencial de transcendência em relação à natureza, o que a coloca hierarquicamente em posição privilegiada. É na capacidade de transformação da cultura que se assentaria sua superioridade em relação à natureza, como o polo ativo, logo masculino, retomando as representações aristotélicas.

Algumas razões são elencadas por Ortner (1979) como hipóteses para essa aproximação entre mulher e natureza. A primeira diz respeito às diferenças corporais entre homens e mulheres. As funções do corpo feminino, especificamente a reprodução, condiciona sua atuação no plano da cultura, os homens estariam mais livres para assumir os esquemas culturais. A segunda hipótese relaciona-se com o fato de o corpo feminino colocar a mulher em papéis sociais considerados inferiores, que resultaria, e esta é a terceira hipótese, em uma estrutura psíquica diferente.

Esses elementos remetem ainda ao par produção e reprodução:

O corpo feminino parece condená-la a mera reprodução da vida; o homem em contraste, não tendo funções naturais de criação deve (ou tem a oportunidade de) basear sua criatividade externamente “artificialmente” por meio de símbolos e tecnologia. Assim agindo, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria seres perecíveis – os seres humanos (ORTNER, 1979, p. 104).

Além disso, essa aproximação com a natureza estaria em paralelo com a associação das mulheres ao contexto doméstico, motivada pelas funções de lac-

tação, reafirmando a proximidade das mulheres com grupos considerados infra-sociais, como as crianças. Não obstante, sua capacidade de socializar e cozinhar, consideradas parte do processo cultural, as situe na fronteira entre os dois domínios. A limitação da participação feminina nas práticas culturais está fortemente ancorada em dados biológicos que tomam sexo como determinante do comportamento, da personalidade, de suas potencialidades, mas, sobretudo, de seus limites.

Essa noção de fronteira trazida por Ortner também precisa ser problematizada. Ainda que tenha cumprido uma importante função analítica, atualmente contribui pouco para uma compreensão mais precisa da experiência das mulheres. Entendo que não se trata de relegar a mulher ao doméstico e o homem ao público. Trata-se, efetivamente, de voltar o olhar para as posições ocupadas nos múltiplos espaços, por homens e mulheres.

Entre os desafios de delimitar as fronteiras entre sexo e gênero está o de perscrutar o caminho das diferenças na estrutura corporal de homens e mulheres, se perguntando sobre as implicações dessa configuração. É preciso dizer quais são essas diferenças, mas, ao fazê-lo, incorreríamos no risco do determinismo, quando um fenômeno específico é atribuído totalmente à biologia (NICHOLSON, 2000). O segundo problema relaciona-se com a consolidação das dicotomias, em especial natureza e cultura que estruturam historicamente políticas públicas, práticas sociais institucionais e individuais. Os pares antagônicos seriam para Sandra Harding (1993) empiricamente falsos, mas não podem ser descartados como irrelevantes enquanto continuam estruturando práticas. Até que essas práticas dualistas sejam repensadas, somos obrigadas a “pensar em existir no interior da própria dicotomização que criticamos” (HARDING, 1993, p. 26).

Duas ideias estariam na raiz do conceito de gênero: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. A primeira ideia traz

como legado a percepção de que as diferenças entre masculino e feminino teriam sua origem nos fatos biológicos, não seriam apenas causadas por eles, mas expressadas por eles. Essa forte associação biológica e sua acoplagem à palavra sexo, daí a expressão sexismo, reforçou a ideia da imutabilidade das diferenças.

Parte da produção feminista da década de 1970 aceitou a premissa da existência de fenômenos biológicos diferenciadores entre mulheres e homens. Segundo essa abordagem, gênero não substituiria sexo, mas seriam suplementares um ao outro e o conceito de gênero possibilitaria a apreensão de que as assimetrias não tinham correspondência biológica direta. Além disso, como demonstra Cláudia de Lima Costa (1998), a ênfase das teorias na diferença teria sido uma resposta teórico-política a pressões das feministas “de cor” norte-americanas, como uma necessidade da conjuntura do período.

A noção de sistema sexo-gênero de Gayle Rubin (1998) reflete em parte essa compreensão. O biológico nessa definição é assumido como uma base sobre a qual se inscreve o social, ao mesmo tempo em que a influência biológica está sendo questionada, ela é acionada para construir gênero.

Para Nicholson, muitos dos que aceitam a ideia de que o caráter é socialmente formado, rejeitando a emanção biológica, não necessariamente rejeitam a ideia de que a biologia é o *locus* de formação do caráter. O fisiológico é um “dado” onde o social/cultural é sobreposto. Essa abordagem se aproximaria do fundacionalismo biológico ou da concepção do corpo como um “porta-casacos” (NICHOLSON, 2000). Em comum com o determinismo biológico está o fato de considerar que a relação entre biologia e personalidade é mais que puramente acidental.

Como vemos a produção do pensamento feminista assim como as definições da categoria, gênero não escaparam aos dualismos. Para Linda Nicholson, por exemplo, uma das utilizações dessa categoria é em oposição a sexo, para

descrever o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. Seu segundo uso identifica gênero com qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino e feminino.

Este segundo uso teria surgido da percepção de que a sociedade forma não apenas a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. Nesse ponto, explicita-se a tensão entre sexo e gênero, se o corpo é visto, significado e mesmo produzido através de uma interpretação social, sexo e gênero além de indissociáveis não seriam polos opostos, mas interfaces. Para Nicholson, como já mencionado, seriam conceitos suplementares.

Trabalhos como de Sandra Harding (1993) já alertam para a simplificação que é deduzir que as diferenças de gênero decorrem de forma quase automática das diferenças sexuais. Além de simplista, esse tipo de análise recai inevitavelmente no determinismo biológico.

Um dos principais limites dessa abordagem é a universalização, não só de elementos que seriam específicos, mas da premissa de “identidade sexual”, obscurecendo todos os elementos que diferem as mulheres. Nas palavras de Nicholson: “não há aspectos comuns emanando da biologia” (NICHOLSON, 2000, p. 14). A população humana difere dentro de si mesma não apenas nas maneiras de pensar e agir, mas nos modos de entender o corpo. Abandonar o determinismo e o fundacionalismo biológico possibilitaria transformar o corpo em uma variável e não uma constante.

Não apenas afirmações como “mulheres são cuidadosas” estão sendo generalizadas, mas também certos pressupostos sobre o corpo e sobre sua relação com o caráter. Para Nicholson, portanto, seria necessário substituir a noção de mulheres enquanto tais, por mulheres com contextos específicos. Identidades femininas ou masculinas não podem ter seus sentidos encontrados por uma carac-

terística específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características. O sentido deve ser encontrado, não pressuposto (NICHOLSON, 2000, p. 36).

Ainda que evidências indiquem que todas as sociedades possuam alguma forma de distinção masculino/feminino e que algumas delas relacionem essa distinção ao corpo, há diferenças relevantes no sentido e importância atribuídos aos corpos. Esse tipo de diferença afeta inclusive o sentido da distinção masculino e feminino. Não há, portanto, um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual.

Uma abordagem que proponha a transcendência do determinismo e do fundacionalismo longe de propor o desaparecimento do corpo sugere que ele se torne uma variável historicamente específica, cujo sentido e importância dependem dos diferentes contextos históricos. Para Teresa de Lauretis “a imbricação de gênero e diferença (s) sexual (ais) precisa ser desfeita e desconstruída” (LAURETIS, 1994, p. 208). A autora propõe novas abordagens a partir das quais a sexualidade seria uma “tecnologia sexual”, assim como gênero ressignificado como representação e autorrepresentação.

Nas proposições de Lauretis (1994), dentre as quais a de gênero como relação, a experiência ganha voz em detrimento da diferença, até porque a noção de diferença de gênero como uma força conservadora não contribui para repensar as representações. A segunda proposição da autora defende que a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação. As relações de gênero têm a função de construir indivíduos concretos em homens e mulheres. Essa concretude histórica, no entanto, é negligenciada quando os estudos de gênero se ancoram no conceito de patriarcado que faria da opressão uma premissa não apenas homogênea, como anterior a práticas representacionais.

Já pensado enquanto representação social que afeta sua construção, o conceito ganha fôlego e abre possibilidade para a agência do sujeito:

ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua autorrepresentação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e autodeterminação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas que o próprio Althusser repudiaria (LAURETIS, 1994, p. 216).

A terceira proposição de Lauretis diz respeito a uma tensão enfrentada pelas teóricas feministas: a construção do gênero é produto e processo tanto da representação quanto de sua autorrepresentação. O sujeito do feminismo é uma construção teórica e, como nas palavras de Harding, um dos usos da teoria é para “nossa própria transformação” (LAURETIS, 1994, p. 209), o esforço empreendido é ao mesmo tempo de reinventar-se a partir dos recursos disponíveis. Para Lauretis, o sujeito do feminismo estaria ao mesmo tempo dentro e fora da ideologia de gênero, dentro e fora da representação.

Na mesma direção, Judith Butler (1987) questiona, a partir de contribuições de Simone de Beauvoir, sobre tornar-se mulher, como pode o gênero ser ao mesmo tempo questão de escolha e construção cultural. Ou de outra forma, se estamos sempre dotados do gênero, imersos nele, como poderíamos recuar e escolher nossos gêneros? Para Butler, o movimento de nos tornarmos nossos gêneros exige que as escolhas sejam pensadas para além dos atos e lógicas cartesianas, no qual a agência do sujeito seria sempre uma soma de resultado matemático. Até porque, ao se tomar como premissa que a existência humana é sempre dotada de gênero, extraviar-se do gênero estabelecido para escolher outro seria em certo sentido um questionamento a própria existência.

Essa espécie de desenhaixe da lógica cartesiana de escolha pode ser percebido também na dificuldade de aceitação da maternidade como institucio-

nal e não instintual. O desconforto provocado por essa tentativa de desconstrução seria tributário da lógica que novamente associa o feminino à natureza, a mulher é seu corpo, ao passo que o homem, o masculino, distancia-se, desencarna-se sempre que o corpo é associado à fragilidade, à decadência, à enfermidade. Muito embora a busca pela “desencarnação” seja, nas palavras de Butler, ilusória, porque o corpo jamais poderá ser totalmente negado.

Butler aproxima-se da noção de tecnologia sexual de Lauretis quando pensa a noção de corpo a partir de duas perspectivas: primeiro como realidade material, situado e definido dentro de um contexto social e, em segundo lugar, como o lócus onde se interpretam as interpretações recebidas: “o corpo é o ensejo do processo dialético de interpretar de novo um conjunto histórico de interpretações que já deram conteúdo ao estilo corporal. O corpo torna-se um nexos peculiar de cultura e escolha” (BUTLER, 1987, p. 145).

O corpo aceito como situação cultural colocaria em suspeição a noção de corpo natural e de sexo natural. Essa compreensão permitiria diluir a binariedade entre os gêneros, não ignorando a existência de diferenças que são dualistas, materiais e distintas, mas contestando a prática social de valorizar certas características anatômicas como definitivas, e por que não, definidoras, não só do sexo anatômico, mas de identidade sexual.

Mesmo a noção de dominação ou de exploração não é necessariamente uma noção de esmagamento total. Em termos políticos, de poder, ela está posta de modo desigual. No entanto, não é possível vitimizar sem entender os arranjos possíveis que se estabelecem relacionalmente. Não obstante, como afirma Ortner (1979), seja necessária expor a lógica estruturante que parte da inferioridade feminina como uma premissa cultural e biológica.

As grandes varreduras da história como generalizações devem evitar os universais, o que segundo Nicholson pode ser tomado como premissa “são as

perspectivas comuns ao longo dessa história sobre o sentido e a importância dos corpos femininos e masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 28). O mito do matriarcado, da mesma forma, não pode ser universalizado, mesmo onde e quando houve matrilinearidade, o estatuto regulador da vida e da ordem social permaneceu masculino (HÉRITIER, 1996, p. 207).

O mesmo para epistemologias ou metodologias que tomam como sujeito ou objeto uma mulher universal. Universalizando categorias como essa, incorreríamos no risco de produzir o reverso do efeito desejado, ao invés de visibilizar as assimetrias seriam invisibilizadas especificidades importantes. Nesse sentido, Sandra Harding alerta para a impossibilidade de que o feminismo se constitua como um paradigma de “ciência normal” consolidado e perfeito. Ao contrário, as categorias analíticas devem ser instáveis, uma vez que estariam em coerência com práticas sociais igualmente instáveis. Os avanços estariam condicionados à renúncia da unidade de experiências como uma meta.

A pesquisa feminista, segundo essa mesma perspectiva, não deve ser empreendida como lealdade a um gênero, mas caminhar no sentido de transcendência de todo gênero (HARDING, 1993, p. 14), o que reforça o argumento de Butler de “explodir o sexo”. Segundo Lia Zanotta Machado, o único consenso produzido no interior do pensamento feminista é que não há consenso sobre qualquer natureza do feminino e do masculino (1998). Negar o gênero, no entanto, a fim de escapar das armadilhas ideológicas, seria não apenas invisibilizar a opressão, como permanecer dentro da ideologia:

Negar o gênero significa, em primeiro lugar, negar as relações sociais de gênero que constituem e validam a opressão sexual das mulheres; e, em segundo lugar, negar o gênero significa permanecer “dentro da ideologia”, de uma ideologia que não coincidentemente, embora não intencionalmente, reverte em benefício do sujeito do gênero masculino (LAURETIS, 1994, p. 223).

As contribuições teóricas nesse sentido se refletiriam politicamente. O caminho sugerido por Linda Nicholson seria de uma política de coalizão interna ao movimento feminista. A polifonia de vozes e especificidades impede o achatamento das reivindicações em torno de um conjunto programático comum. No entanto, seria possível uma coalizão em três níveis: através de reivindicações que abarquem diferentes necessidades dos grupos, reivindicações abstratas o suficiente para assegurar a diversidade ou ainda reivindicações específicas que uniriam grupos, mesmo que temporariamente. Para a autora, esta poderia ser inclusive uma estratégia teórica.

Por outro lado, Adriana Piscitelli oferece contribuições importantes em seu artigo “Re-criando a (categoria) mulher?” (2002). Para a autora, ainda que gênero ofereça um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre masculino e feminino no cerne das hierarquias, também incorrem no risco de diluir politicamente seus sujeitos, na medida em que perderia de vista imbricações entre classe, etnia, nacionalidade. A busca radical pela desessencialização resultaria na desestabilização da categoria mulher, necessária para teoria e política feministas.

Retomando convergências e divergências nos movimentos teóricos e políticos feministas, Piscitelli reforça que embora houvesse dissensos, alguns pontos comuns davam consistência ao movimento: a compreensão da subalternização feminina, as origens históricas da desigualdade e a possibilidade de desconstrução desse cenário.

Na tentativa de desconstruir a subalternização feminina, a retomada da categoria mulher remontaria às raízes do movimento feminista radical, contribuindo para diferenciar o feminismo dos movimentos de esquerda que incorriam no equívoco de tomar a produção como força motriz da sociedade e o sexo como contradição secundária.

Além disso, tomar a categoria mulher como coletividade e porta de entrada para compreender a diferenciação sexual, mais que reificar universalizações, ancoraria esforços nas semelhanças e menos nas diferenças entre as mulheres, empenho necessário na disputa de capital econômico, simbólico e político.

Desta forma, segundo Adriana Piscitelli, a retomada da categoria mulher requer atenção à historicidade, exige a aceitação de seus sentidos provisórios, dados através de redes complexas de características não pressupostas, mas descobertas. Do ponto de vista teórico, a retomada da categoria mulher cumpriria uma dupla função: dar sustentação e visibilização às experiências de mulheres, vividas no âmbito da economia solidária e sistematizadas academicamente e, politicamente, reforçar a ação dessas mulheres como coletivo, reivindicando sua cidadania política. Para a Economia Solidária, o desafio seria tensionar as fronteiras entre produtivo e improdutivo, de maneira a distribuir com mais equidade, não apenas o olhar, mas também os recursos.

Nesse sentido, ficam evidentes os limites de referenciais teóricos canonicizados para a leitura de experiências específicas nas quais as diferenças entre mulheres e homens se traduzem em desigualdades. Conceitos como o de patriarcado, por exemplo, que procurou dar conta das origens históricas da subordinação feminina, embora tenham cumprido importante papel nesse sentido, deu espaço ao conceito de gênero. Esse é um momento de transição dos estudos de gênero, como campo de conhecimento para a consolidação de conceitos que dariam fôlego teórico consolidando-se inclusive como uma narrativa sobre a modernidade.

Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre a experiência de mulheres no curso de Pedagogia, nos chama a atenção o modo como cada uma se reinventa ao longo do curso, não apenas como profissional, mas como mulher, esposa, mãe, como sujeito. Ainda que a chegada seja marcada por enunciados repletos de conteúdo afetivo: “eu amo crianças”, “adoro trabalhar com os pequenos”, “minha família disse que eu levo jeito”, o transcorrer formativo revela o quão profissional cada uma precisa ser para tornar-se educadora.

Historicamente feminilizada, a formação das profissionais pedagógicas ocupa no imaginário coletivo o lugar do afeto, tarefa exercida por quem “trabalha por amor”. Inegavelmente há e precisa haver muito amor envolvido, qualquer docente que já tenha enfrentado salas de aula lotadas no ensino fundamental sabe disso. Contudo, a formação em sua concretude aponta para a complexidade e seriedade da profissão, bem como para os compromissos de atualização permanente e sólida dos próprios saberes.

Em outras palavras: pedagogia está muito longe de ser um curso fácil. A densidade teórica é monumental, os estágios que duram cerca de dois anos efetivamente acompanhados por professores de didática, a necessidade de desenvolver processos e produtos em praticamente todas as disciplinas, evidenciam que amor definitivamente não é condição suficiente para atuar na educação.

O caráter especializado da formação não está dissociado das exigências do que se concebe como trabalho de cuidado. Embora como mulheres sejamos adestradas desde a infância com nossas bonecas e panelinhas, cuidar exige uma expertise adquirida tacitamente e, no caso das pedagogas, também profissionalmente.

Cuidar, como trabalho, supõem olhares treinados muito mais para as necessidades do outro que para as regras ou leis em abstrato. Desenvolver conexão com outras pessoas é uma habilidade adquirida, exercitada, depurada, não inata. Como tal, precisa de reconhecimento econômico, político, social.

Gilligan, ao chamar nossa atenção para uma “voz diferente”, abriu caminho para compreendermos que diferenças são essas, como o gênero marca cada uma, cada um, em nossas maneiras de ser e estar no mundo.

Certamente que não ignoramos os limites de sua obra que, ao deixar intocadas as categorias de poder ou classe, não abre espaço para as vozes diferentes. A ética da responsabilidade que move redes de cuidado entre mulheres brancas e negras, do centro e da periferia, ricas ou pobres, faz muita diferença, inclusive na dimensão sacrificial que cuidar impõem às mulheres.

Reconhecemos ainda o limite do texto ao não apresentar a experiência dos homens na formação em pedagogia. Estes que passam relativamente tranquilos durante a graduação e são barrados no mercado de trabalho, especialmente no campo da educação infantil. Essa temática é contemplada no projeto de pesquisa mencionado, mas optamos para desenvolvê-la em trabalhos futuros.

Os investimentos teóricos feitos no mapeamento dos conceitos de sexo e gênero se mostram indispensáveis para a desessencialização do cuidado, para a desnaturalização do trabalho reprodutivo lido historicamente como pertencente ao feminino. Gênero e sexo como categoriais sociais e culturais seguem posicionando sujeitos e reificando assimetrias, de modo que permanecem indispensáveis.

O horizonte que se descortina, mesmo a contrapelo da história recente, é de uma crescente politização do cuidado, no sentido de torná-lo assunto que diz respeito a todos, todas, todes. É preciso ainda socializar o cuidado e, com isso,

sequer apontar para uma nova pactuação na divisão sexual do trabalho. Sociologizar o cuidado, como o exercício que o torna obrigatório em estudos que pretendam mapear relações de trabalho, desenvolver novas teorias e epistemologias, pensar as relações com o mundo a partir de olhares e vozes diferentes.

Referências

ALBANO, Sergio. **Michel Foucault**: glosario de aplicaciones. Buenos Aires: Quadrata, 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139-154

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes: 2010.

GILLIGAN, Carol. Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIE/ECO/UERJ, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

HERITIER, Françoise. De Aristóteles aos Inuit – A construção provada de gênero; O sangue do guerreiro e o sangue das mulheres – controle e apropriação da fecundidade. In: **Masculino Feminino**: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 181-222.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? In: BESSA, Karla M. (org.)

Trajetórias de gênero, masculinidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, UNICAMP/SP, n. 11, p. 107-125, 1998.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, CFH/CCE, UFSC, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. **A mulher a cultura a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) ‘mulher’?”. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (org.) **Textos Didáticos**, nº 48 – A prática feminista e o conceito de gênero, Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, novembro de 2002, p.7-42.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). **Que són los estudios de mujeres?** México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/España/EUA/Peru/Venezuela: Fondo de Cultura Economía, 1998, p. 15-74.

Recebido: 331/08/2021

Aprovado: 30/06/2022